Capítulo I

O uso do método comparativo

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. O uso do método comparativo. pp. 4-7. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books
<<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PARTE I

AS BASES PARA UMA COMPARAÇÃO

Capítulo I

O uso do método comparativo

Na frase de abertura do sexto capítulo de *As Regras do Método Sociológico* (1963: 117)¹, Durkheim afirma que “Não temos senão um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, e é comparar os casos em que estão simultaneamente presentes ou ausentes, procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias, testemunham que um depende do outro”.

Durkheim está consciente do fato de que na matéria que constitui o objeto da sociologia não se encontram situações que se reproduzem exatamente ou em que se possa ter certeza de que apenas um fator varia de maneira que quaisquer diferenças possam ser atribuídas a ele; ou, inversamente, situações em que haja apenas um fator invariante. É por isso que preconiza o uso de um procedimento comparativo particular ou de “experimentação indireta” que denomina o “método das variações concomitantes”:

(...) para que uma variação seja demonstrativa não é necessário que todas as variações diferentes daquelas que comparamos tenham sido rigorosamente excluídas. O simples paralelismo dos valores pelos quais passam dois fenômenos, desde que tenha sido estabelecido num número suficiente de casos bastante variados, é a prova de que existe entre eles uma relação (1963: 122).

E “a concomitância constante é, pois, ela mesma uma lei, seja qual for o estado dos fenômenos que restaram fora da comparação” (1963: 122).

De acordo com Durkheim “A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a própria sociologia, na medida em que deixa de ser puramente descritiva e aspira a explicar os fatos” (1963: 129-30).

¹ “Regras relativas à administração da prova” (1963: 117-30).

Ao que parece, Durkheim aproximou-se do desenvolvimento do uso do conceito de “modelo” nas ciências sociais. Pelo menos fica a impressão de que o que está dizendo pode ser traduzido na ideia do uso de modelos em estudos comparativos uma vez que se passe de uma relação simples de causa e efeito entre dois elementos para uma mais complexa *estrutura* de elementos. Na verdade, ele indica a única saída para a dificuldade apontada e que levada a seus limites tornaria impossível o trabalho comparativo.

A referência a Durkheim deve-se ao fato de ser entre os clássicos aquele que desenvolveu uma reflexão sistemática em torno do método comparativo. Todavia, seria de muito interesse um trabalho de análise do papel e dos princípios de utilização das comparações em Marx, cujo emprego constante desse procedimento ainda não foi devidamente apreciado. Enquanto esse trabalho não é realizado, no entanto, cremos possível nos apropriarmos criticamente da reflexão durkheimiana a respeito, tomando-a como ponto de partida.

Mesmo ao analisar um fenômeno passado e acabado, uma perspectiva comparativa (tal como aparece em Marx nas *Formen* – ver Marx, 1964) na maioria dos casos é extremamente valiosa para verificar se o tipo de relações entre os elementos de uma estrutura são de fato *necessariamente* os que supomos a partir de nossas observações iniciais. Além do mais, a comparação desse fenômeno com outra realidade só poderá ser feita – conscientemente ou não – através do uso de modelos, tendo em vista que os dois seriam entidades empiricamente distintas e irredutíveis, e como tais incomparáveis diretamente e sem o auxílio de um mediador. Quando se está lidando com um fenômeno contemporâneo ainda em fluxo, como é o caso do desenvolvimento capitalista brasileiro e da *fronteira*, esse procedimento é por vezes a única “prova” disponível de que certo tipo de relações existe entre os elementos de uma estrutura, pois essas relações não são imediatamente evidentes *per se* nesse caso particular. Isso não significa, antes pelo contrário, que teremos de achar os elementos na mesma relação “aritmética” uns com os outros. Significa, no entanto, que deveremos ser capazes de estabelecer, através de suas séries de variações nos diferentes casos, como se põem entre si em uma forma “algébrica” generalizada. Isso deverá se manter mesmo quando esses elementos se apresentam a primeira vista com “faces” diferentes. Nesse caso, poderemos concluir que a apresentação original que estudávamos era apenas um subcaso ou estado de um tipo geral. Esse tipo geral poderá ser distinguido

de outros pela dominância de um dos elementos da relação em um certo intervalo na série de variações, e cada caso particular se distinguirá pela relação “aritmética” exclusiva entre os seus elementos, a qual representará, por sua vez, a especificidade da relação entre o geral e o particular.

Utilizando-se desse procedimento, o investigador manter-se-á a salvo da acusação de não ter levado em conta todo e qualquer elemento em cada uma das situações empíricas. Estará de fato tentando estabelecer relações entre *certos* elementos determinados apenas, e, assim, outros elementos só o interessarão se interferirem com essas relações; nesse caso devendo ser levados em conta ou pelo menos ser registrados. Isso conduz a certas dificuldades quando se tenta ir um passo adiante do estabelecimento dessas relações e se busca generalizar o efeito *real* que uma estrutura particular de relações terá em uma sociedade concreta tomada como um todo; ainda que nosso modelo pretenda lidar com essa relação última e com os seus elementos cruciais. Isto porque o fluxo real de eventos pode ser influenciado por circunstâncias empíricas impossíveis de serem tomadas em consideração ou simplesmente por elementos que em um momento particular da investigação eram estranhos ao modelo. Todavia, deve ser possível, através de uma variedade de estudos comparativos com uma preocupação “não-aritmética”, estabelecer de modo amplo as diversas *possibilidades* deixadas em aberto vistas da perspectiva particular escolhida e que serão apreendidas e debulhadas na “vida real”.

Na primeira parte deste trabalho tentaremos, por um lado, ganhar algum conhecimento útil ao estudo do caso de *fronteira* brasileiro a partir de um estudo de outros casos históricos e de certa forma “acabados”, especialmente o movimento para Oeste nos Estados Unidos no século XIX e o movimento russo para a Sibéria no mesmo século e no começo do século XX. Ao mesmo tempo, no entanto, estaremos tentando chegar a algumas generalizações sobre o desenvolvimento capitalista e a natureza do campesinato sugeridas por este estudo. Deve-se ter em conta que estaremos sempre tentando retirar relações gerais e modelos relevantes para a nossa comparação e não tentando estudar cada caso em particular e por si mesmo.

Na segunda parte do trabalho poderemos então combinar algumas categorias e relações gerais estabelecidas na primeira parte com o nosso conhecimento do desenvolvimento político, econômico e social brasileiro,

nossa agricultura camponesa e a *fronteira em movimento*². Não estaremos interessados basicamente no estudo da *fronteira* como tal, mas tentando, a partir dessa posição privilegiada, lançar os olhos sobre o desenvolvimento brasileiro. Como veremos nesta primeira parte, onde serão desenvolvidas as bases para a nossa comparação e as noções teóricas mais amplas, esse procedimento possui seus precedentes.

² A expressão “*fronteira em movimento*” (*moving frontier*) é de uso comum para referir-se ao processo de ocupação do território dos Estados Unidos. Entre nós existem algumas expressões próximas, embora menos disseminadas, tais como *fronteira interna* e *fronteira econômica* (em oposição a *fronteira política*). Todavia, em nossa opinião em termos rigorosos a aplicação da expressão *fronteira em movimento* a outros casos que não o norteamericano exige uma discussão, a qual será realizada no decorrer deste trabalho. Por comodidade, no entanto, ela irá sendo utilizada para designar o fenômeno geral de que nos ocupamos.